



Projeto de Voto n.º 281/XIV

De condenação do plano israelita de anexação de territórios na Cisjordânia

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, anunciou a sua intenção de anexar cerca de 30 por cento dos territórios ocupados na Cisjordânia, tendo como base o chamado “Plano de Paz” para o Médio Oriente, apresentado pelo presidente norte-americano Donald Trump.

Os planos de anexação anunciados por Benjamin Netanyahu fazem parte de uma promessa que vem repetindo há já vários anos, o que causa a maior preocupação e tem merecido a contestação veemente de uma parte muito expressiva da comunidade internacional, por serem uma clara violação do direito internacional e de inúmeras resoluções das Nações Unidas.

Os planos de anexação de territórios na Cisjordânia vai também contra as expectativas reiteradas múltiplas vezes como forma de solucionar de forma justa e aceitável para as partes um conflito que já tem mais de 50 anos e que têm o respaldo da comunidade internacional, como a Conferência de Madrid (1991), os Acordos de Oslo (1993), a Iniciativa Árabe para a paz (2002) ou a evolução das próprias negociações entre o Governo de Israel e a Autoridade Palestiniana.

Qualquer plano que vise a solução do conflito israelo-palestiniano deve demonstrar o empenho firme numa solução negociada e viável assente na coexistência de dois Estados, que tenha em conta as legítimas aspirações tanto dos palestinianos como dos israelitas, respeitando as resoluções da ONU e todos os parâmetros internacionalmente acordados, no sentido de alcançar uma paz justa e duradoura.

Pelo exposto, a Assembleia da República:

1 – Manifesta grande preocupação e condena os planos do Governo de Israel de avançar com a anexação de territórios na Cisjordânia ocupada;



2 – Apela a que se encontre uma solução justa e aceitável para ambas as partes, que passe pela coexistência de dois Estados e que respeite todos os parâmetros internacionalmente acordados no sentido de se alcançar uma paz justa e duradoura para a região.

Palácio de São Bento, 02 de junho de 2020

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Paulo Pisco